

Domingo, 12 de Abril de 2026

# Cassação de deputada, anistia e fraude no INSS: Congresso retoma sessões com pautas polêmicas

**Atividades recomeçam nesta terça (5) com foco em isenção do IR, taxaço de apostas, segurança pública e regulação da inteligência artificial**

O Congresso Nacional retomou suas atividades nesta terça-feira (5) com uma série de temas espinhosos nas pautas da Câmara e do Senado. A volta, que ocorre após pressões de parlamentares para encurtar o recesso, acontece em meio a crises políticas e econômicas, como a escalada [tarifária dos Estados Unidos](#) e investigações envolvendo membros do Legislativo.

Uma parte da oposição, inclusive, já iniciou os trabalhos fazendo [obstruções à pauta para colocar na agenda do dia a anistia](#) aos denunciados pelo 8 de janeiro. As movimentações ocorrem em consequência à [prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro](#) (PL).

## Confira os principais assuntos que movimentam cada Casa neste início de semestre:

A Câmara começa o semestre com a expectativa de votação do PL 1.087/2025, que amplia a [faixa de isenção do Imposto de Renda](#) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais e reduz a alíquota para rendas de até R\$ 7.350. A compensação seria feita com uma taxaço extra sobre super-ricos, que passariam a pagar até 10% a mais de IR.

Outro tema sensível é a possível [cassação da deputada Carla Zambelli](#) (PL-SP). A parlamentar foi condenada a 10 anos de prisão por envolvimento na invasão do sistema eletrônico do CNJ. O processo tramita no Conselho de Ética e pode avançar para o plenário ainda neste semestre.

Outro tema com previsão de avanço neste semestre é a [ampliação da licença-paternidade](#). O projeto mais adiantado na Casa é o PL 3935/2008, que propõe estender o benefício de cinco para 15 dias, com estabilidade no emprego por 30 dias após o retorno. A proposta, que tramita no Congresso há 17 anos e já foi aprovada no Senado em legislaturas anteriores, recebeu regime de urgência em julho, o que permite que seja votada diretamente no plenário, sem necessidade de passar por comissões. A expectativa é que a votação ocorra ainda neste mês de agosto. No Senado, tramitam propostas mais amplas sobre o tema.

## Senado Federal: licença-paternidade, segurança pública, regulação da IA e tensão comercial com os EUA

Ainda no tema da licença-paternidade, outra proposta segue em tramitação no Senado. Trata-se do PL 3.773/2023, de autoria do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), que prevê uma ampliação gradual do benefício: 30 dias nos dois primeiros anos de vigência da lei, 45 dias no terceiro e quarto anos, e 60 dias a partir do quinto. O texto já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e segue para análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo.

Outro tema mais avançado é a [PEC da Segurança Pública](#), que já passou pela CCJ e agora será analisada por uma Comissão Especial. A proposta prevê reforço no combate ao crime organizado, ampliação do uso de tecnologia em áreas vulneráveis e reorganização das forças policiais nas regiões mais afetadas pela violência.

A Casa também deve avançar na regulação da Inteligência Artificial (IA), diante do crescimento do uso da tecnologia em serviços públicos e campanhas eleitorais. A proposta estabelece regras para uso ético, proteção de dados e [combate a deepfakes](#).

Outro tema que deve dominar os debates é a crise comercial e diplomática com os Estados Unidos, agravada após o anúncio do ex-presidente Donald Trump de aumento de tarifas de até 50% sobre produtos brasileiros,

como aço, pescado e frutas. Além das medidas econômicas, Trump também aplicou a [chamada Lei Magnitsky](#) contra o ministro Alexandre de Moraes, com sanções individuais, como bloqueio de bens e suspensão de visto. A reação do governo brasileiro foi considerada moderada por parte da oposição, que tenta capitalizar politicamente o episódio.

## **Pauta compartilhada: CPMI do INSS e Orçamento**

Instalada no fim do semestre passado, a [Comissão Parlamentar Mista de Inquérito \(CPMI\) da fraude no INSS](#) deve ganhar protagonismo nos próximos meses. O colegiado foi criado para investigar irregularidades no pagamento de benefícios previdenciários, suspeitas de fraudes estruturadas e desvio de recursos públicos.

Além disso, Congresso precisa votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, que define os parâmetros fiscais do próximo ano. A proposta, que deveria ter sido sancionada em julho, segue travada e será prioridade para o segundo semestre.

## **Crise com os Estados Unidos tensiona relações no Congresso**

A [crise comercial e diplomática com os Estados Unidos](#) deve ser um dos temas mais sensíveis do segundo semestre legislativo. O anúncio do ex-presidente Donald Trump de tarifas de até 50% sobre produtos brasileiros, como aço, frutas e pescado, gerou reação imediata de governadores e do Ministério da Fazenda, que tentam encontrar saídas para proteger os setores atingidos.

O episódio ganhou contornos ainda mais graves com a aplicação da chamada Lei Magnitsky contra o ministro Alexandre de Moraes, que teve bens bloqueados e o visto suspenso por decisão unilateral de Washington.

A medida já fez com que parlamentares se movimentassem em apoio ao país, mesmo durante o recesso. Senadores se articularam para buscar interlocução diplomática com autoridades americanas, com missões ao exterior para tentar reverter ou ao menos amenizar os efeitos das sanções.

## **Eduardo Bolsonaro na mira do Conselho de Ética**

Enquanto isso, a [atuação do deputado Eduardo Bolsonaro](#) (PL/SP) nos Estados Unidos se tornou alvo de tensão no Congresso.

Mesmo licenciado do cargo e fora do país, Eduardo tem participado de articulações políticas que repercutem no Congresso, como a tentativa de influenciar parlamentares e autoridades americanas favoráveis ao aumento de tarifas sobre produtos brasileiros e à aplicação de sanções contra o ministro Alexandre de Moraes.

As ações do deputado foram interpretadas por partidos da base governista como um possível atentado à soberania nacional. O PT e o PSOL apresentaram representações contra Eduardo no Conselho de Ética da Câmara, pedindo a cassação do mandato por quebra de decoro. Os processos, no entanto, ainda não foram pautados mas devem agitar os bastidores das casas nos próximos dias.

Escrito por

**Beatriz Matos, de Brasília**

[diarionordeste.com.br](http://diarionordeste.com.br)

